

A SELEÇÃO GENÉTICA DE EMBRIÕES DEVE SER PROIBIDA POR OFENDER OS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA?

Should Genetic selection be prohibited because it offends people with disabilities?

Lincoln Frias

UFMG

Telma de Sousa Birchal

UFMG

Resumo: A seleção genética de embriões humanos algumas vezes é criticada porque se considera que de alguma maneira ela possa prejudicar os portadores de deficiências que já existem. O artigo defende que essa crítica é injustificada. A primeira seção apresenta as questões morais colocadas pelos portadores de deficiências. Em seguida, são apresentados os três argumentos contra a seleção de embriões baseados nos direitos dos portadores de deficiências – o Argumento do Apoio Social, o Argumento da Diversidade e o Argumento da Ofensa. Dentre eles, o terceiro foi considerado o mais consistente e, por isso, a terceira seção é dedicada a sua análise, cuja conclusão é de que a seleção de embriões é consistente com o respeito aos direitos dos portadores de deficiências.

Palavras-chave: seleção genética, diagnóstico genético pré-implantação, portadores de deficiência

Abstract: The genetic selection of human embryos is often criticized on the grounds that in some way it harms already existing people with disabilities. The article argues that this objection is unjustified. The first section describes the moral questions posed by the situation of people with disabilities. The next section presents the three arguments against embryo selection which are based on the rights of people with disabilities – the Social Support Argument, the Diversity Argument and the Offense Argument. The third was considered the most sound and, for this reason, it is analyzed in the third section, which concludes that embryo selection is consistent with respect to the rights of people with disabilities.

Keywords: genetic selection, preimplantation genetic diagnosis, people with disabilities

Introdução

Embora já exista um agitado debate sobre a ética da modificação genética de seres humanos, ainda não é tecnicamente viável inserir ou silenciar genes em embriões humanos com eficácia e segurança. Contudo, uma tecnologia mais simples, a seleção genética de embriões, já é possível, lícita e bastante realizada em todo o mundo. Ela é feita por meio do diagnóstico genético pré-implantação (DGPI), um

procedimento feito durante a fertilização *in vitro*, que permite analisar o genoma dos embriões criados durante a fertilização *in vitro* e com base nisso decidir quais deles devem ser implantados.

Embora seja capaz de evitar doenças devastadoras, o algumas vezes DGPI é criticado porque seria uma maneira de “brincar de Deus”, porque poderia minar a incondicionalidade do amor dos pais pelos filhos, porque poderia criar uma sociedade dividida entre geneticamente bem-dotados e geneticamente pobres ou porque seria uma reedição da eugenia nazista em que o Estado impedia algumas pessoas de se reproduzir e até mesmo matava aqueles que considerava inadequados, entre outros argumentos (FRIAS, 2012)¹. Entretanto, há um argumento contrário a essas tecnologias que apela para um tipo de consideração diferente. Ele é semelhante ao argumento da eugenia, mas ao invés de dizer que o erro da seleção genética está em impedir a reprodução dos considerados geneticamente inadequados ou simplesmente matá-los, o Argumento da Ofensa aos Portadores de Deficiência defende que a seleção genética criará um clima em que se expressará um menosprezo pelos portadores de deficiências, difundindo a ideia de que eles não deveriam existir e fazendo a eles uma ofensa tão profunda que é suficiente para justificar a proibição da seleção genética de embriões usando DGPI. Mas, como se defenderá a seguir, apesar de ser advertência importante, esse não é um bom argumento.

A próxima seção apresenta melhor as questões morais colocadas pelos portadores de deficiências. Em seguida, são apresentados os três argumentos contra a seleção de embriões baseados nos direitos dos portadores de deficiências – o Argumento do Apoio Social, o Argumento da Diversidade e o Argumento da Ofensa aos Portadores de Deficiências. Dentre eles, o terceiro será considerado o mais consistente e, por isso, a terceira seção será dedicada a sua análise.

1. A questão dos direitos dos portadores de deficiências (ou necessidades especiais)

O século XX foi palco de várias lutas em busca de direitos civis, especialmente das mulheres e dos negros por direitos iguais. Desde a década de 70 ganhou força também a luta pelo reconhecimento legal dos casais homossexuais e pela tolerância da diferença sexual. Contudo, os portadores de deficiência são um grupo que apenas atualmente tem conseguido que seus direitos civis sejam respeitados.

Antigamente, o fato de ser um portador de deficiência física (fosse ela deficiência visual, auditiva, fonética, paralisia infantil, paraplegia, a falta de membros inferiores ou superiores etc.) era uma condenação à reclusão. Essas pessoas deixavam de estudar, trabalhar e tinham sua rede de relacionamentos drasticamente reduzida.

¹ O presente artigo é baseado na seção 2.5 da tese de doutorado *A ética do uso e da seleção de embriões* defendida no departamento de Filosofia da UFMG em 2010. A seção mencionada não pode ser incluída na versão da tese publicada como livro (FRIAS, 2012), onde os outros argumentos citados no texto são discutidos detalhadamente.

Os portadores de deficiência mental estavam em uma situação ainda pior, pois eram trancados em manicômios, onde havia nem acompanhamento educacional para que eles pudessem se desenvolver.

A criação de associações da sociedade civil para dar suporte médico, educacional e jurídico aos portadores de deficiência trouxe visibilidade à injustiça que sofreram por causa de certos arranjos sociais que dificultam sua vida ao invés de facilitá-la (p. ex., a falta de legenda nos programas de televisão). Aos poucos vem sendo criada uma cultura de inclusão social dos portadores de deficiência através de soluções de acessibilidade (rampas de acesso para cadeirantes, vagas reservadas em estacionamentos, inscrições em braile em placas de sinalização e caixas eletrônicos, transcrições em áudio de livros didáticos, legendas e tradução simultânea em Libras de programas de televisão etc.), de políticas de cotas (vagas reservadas para portadores de deficiência física em concursos públicos e empresas privadas) e várias ações afirmativas em geral (inclusão de portadores de deficiência mental no ensino regular, Paraolimpíadas, personagens com Síndrome de Down não menosprezados em novelas e campanhas publicitárias etc.).

A partir dos anos 80 o debate sobre as deficiências se enriqueceu a partir da participação dos próprios portadores de deficiência, que ofereceram descrições muito ricas do que é ser cego, surdo, esquizofrênico, bipolar etc. Segundo eles, algumas atitudes inapropriadas das pessoas em geral em relação a eles são basicamente constantes (Cf. GLOVER, 2006: 29-33):

- tendência a reduzir a pessoa à deficiência, isto é, tratar a deficiência como a principal característica, estigmatizando o indivíduo e subvalorizando as capacidades que não são afetadas pela deficiência.
- presumir que portadores de deficiência necessariamente têm uma qualidade de vida muito reduzida ou mesmo que suas vidas chegam perto de não serem dignas de ser vividas. Estudos mostram que pessoas que enxergam pagariam mais para não ficar cegas do que as cegas pagariam para enxergar (GILBERT, 2006, p. 139-158). Quer dizer, há uma supervalorização do impacto que a deficiência tem na qualidade de vida.
- a atitude “ele gosta de açúcar?”, que consiste em tratar o portador de deficiência como incapaz em geral. Ao invés de perguntar a um cadeirante ou surdo ele se ele prefere seu açúcar com ou sem café, as pessoas costumam fazer a pergunta a quem estiver com ele (cônjuge, amigo, mãe etc.). O humorista mineiro Geraldo Magela, que tem deficiência visual, costuma fazer piada com o fato de que as pessoas tratam cegos como se eles fossem crianças, inclusive conversando com eles com a entonação que se conversa com uma criança. Segundo os defensores dos direitos dos portadores de deficiência, além de ser uma avaliação equivocada da capacidade do indivíduo, essa atitude é uma expressão da tendência que as pessoas têm de evitar qualquer contato com os portadores de deficiência.

Um avanço importante que os relatos em primeira pessoa do que é possuir uma deficiência trouxeram para o debate é a observação de que o que conta ou não como uma deficiência é em boa parte determinado por como a sociedade responde a determinada condição médica. P.ex., as limitações que uma pessoa em uma cadeira de rodas sofre é uma função tanto do fato de ela não poder andar quanto da quantidade de rampas, elevadores, banheiros, cadeiras, carros, ônibus e aviões adaptados etc. que a sociedade oferece. Esse é o fundamento da substituição da expressão “portadores de deficiência” por “portadores de necessidades especiais”. Toda deficiência é uma limitação funcional que prejudica a capacidade de realização (*flourishing*) humana, mas o quanto essa limitação é prejudicial ou importante depende das condições sociais em que ela se insere. Por isso, a definição do que é uma deficiência é bastante complexa:

Uma propriedade física ou psicológica estável do sujeito S que tende a reduzir o nível de seu bem-estar nas circunstâncias C, quando comparada a uma alternativa realista, excluindo o efeito que essa condição tenha no bem-estar devido a preconceitos contra S por membros de sua sociedade em razão do fato de que essa propriedade é um desvio do funcionamento normal da espécie à qual S pertence (KAHANE & SAVULESCU, 2009, p. 53).

A questão da igualdade de respeito devida aos portadores de deficiência torna-se ainda mais delicada nas escolhas reprodutivas. Dois exemplos podem tornar isso concreto. Kay Redfield Jamieson é uma psicóloga, coautora de um dos principais manuais acadêmicos sobre transtorno bipolar e que também possui o transtorno. Em uma consulta médica de rotina, ao contar para o médico seu histórico psiquiátrico, ele perguntou se ela pretendia ter filhos. Quando ela respondeu que sim, o médico perguntou se ela sabia que o transtorno bipolar é uma doença genética e foi incisivo ao dizer que ela não deveria ter filhos por causa disso. Ela perguntou, com ironia que ele talvez não tenha percebido, se o problema era que ela não poderia ser uma boa mãe ou porque era melhor não trazer ao mundo mais um maníaco-depressivo. Ele respondeu “ambos” (GLOVER, 2006, p. 32).

A segunda história trata da síndrome de Down. Na Inglaterra é permitido abortar até o segundo trimestre de gravidez em qualquer situação. Com o desenvolvimento de testes capazes de determinar desde as primeiras semanas se o feto tem ou não síndrome de Down, o governo exige que durante o acompanhamento pré-natal os pais recebam informações adequadas sobre a disponibilidade e precisão desses testes. Em vista disso, alguns pais que já têm filhos com síndrome de Down reclamaram que, apesar da exigência de informar sobre os testes, o governo não exige que se informe sobre a própria síndrome de Down, sobre a extensão das limitações que ela impõe a quem a possui, sobre as capacidades e realizações das pessoas com síndrome de Down, de quantos dos portadores vivem de forma independente e gratificante etc. Segundo esses pais, isso é um desrespeito às pessoas com síndrome

de Down e leva a abortos desnecessários. Eles levantam a questão de se o governo britânico quer mesmo fazer as afirmações de que essas pessoas são um peso para a sociedade e devem ser eliminadas antes de nascer? (GLOVER, 2006, p. 32).

Em vista desse contexto de luta por direitos dos portadores de deficiência, é razoável que a seleção de embriões cause bastante apreensão entre todos que compreendem a situação deles. Por isso, há pelo menos três argumentos contra a seleção genética baseados na defesa dos direitos dos portadores de deficiência.

2. Os três argumentos

O Argumento do Apoio Social defende que, ao reduzir o número de portadores de deficiência, a seleção de embriões indiretamente diminuirá o apoio social aos portadores de deficiência, pois se o número deles for menor, eles terão menos visibilidade. Por sua vez, o Argumento da Diversidade afirma que a seleção de embriões, ao diminuir o número de portadores de deficiência, reduzirá a diversidade na sociedade e isso, indiretamente, pode reduzir a tolerância da diferença entre seus membros.

Sem dúvida, o apoio aos portadores de deficiência e o exercício da tolerância à diferença não devem diminuir, pelo contrário, os princípios morais mais compartilhados mundo afora exigem veementemente que essas atitudes sejam incentivadas. É mesmo provável que a diminuição do número de portadores de deficiência reduza o apoio a eles, mas, entretanto, isso não acontecerá necessariamente. Embora em menor medida, é também imaginável que a diminuição do número de portadores de deficiência reduza o incentivo à tolerância em relação à diferença de capacidades físicas e mentais. Esses malefícios possíveis, mas evitáveis, porém, não são razões decisivas contra a seleção de embriões, porque eles devem ser comparados aos benefícios de reduzir o sofrimento ao evitar gerar portadores de deficiência e gerar pessoas não portadoras de deficiência em seu lugar. Eles são alertas importantes para efeitos colaterais da seleção, mas não razões que justifiquem abrir mão de seus benefícios, pois isso seria um desrespeito ainda maior às pessoas.

Além disso, se esses argumentos fossem verdadeiros, não deveria haver combate ao câncer (ou qualquer outra doença), pois quanto maior o número de pacientes, maior seria o apoio e a tolerância à existência de pacientes com a doença. Anos atrás, uma companhia farmacêutica anunciou que desenvolveria uma droga para o tratamento da fibrose cística apenas se o número de paciente chegasse a 100.000. Isso é um motivo para proibir o DGPI dessa doença e os testes genéticos de adultos para descobrir quem tem risco de transmiti-la? (SAVULESCU, 2001: 424). Certamente não.

O terceiro argumento contra a seleção genética baseado nos interesses dos portadores de deficiência é mais consistente do que os anteriores: a seleção pode reforçar o preconceito e a discriminação contra portadores de deficiência. De acordo

com esse argumento, o recurso ao DGPI para evitar que as pessoas futuras tenham sua deficiência expressa atitudes negativas em relação aos portadores de deficiência. O que implica para o sentimento de pertencimento de alguém a uma sociedade, de ser um membro valorizado da sociedade, saber que há pessoas que estão dispostas a pagar muito para evitar que nasçam pessoas como ele? Esse tipo de questão forma o núcleo do Argumento da Ofensa aos Portadores de Deficiência (o qual também é conhecido como “argumento expressivista”; GLOVER, 2006, p. 34-35). O raciocínio que o fundamenta pode ser resumido da seguinte maneira:

P1 - Os portadores de deficiência merecem tanto respeito quanto as outras pessoas.

P2 - Selecionar embriões para que as pessoas que surgirem deles não tenham deficiências expressa a opinião de que é melhor que não existam portadores de deficiência.

P3 - Isso envia uma mensagem negativa para os portadores de deficiência.

C - Portanto, a seleção de embriões não deve ser permitida.

3. Respondendo ao Argumento da Ofensa aos Portadores de Deficiências

Esse argumento é plausível, porque caso seja levado em conta todo o histórico de injustiça e preconceito que os portadores de deficiência sofreram e sofrem e a dificuldade que tiveram para alcançar os avanços legais dos últimos anos, há uma expectativa de que se deve evitar qualquer coisa que os prejudique.

Por outro lado, ainda que possam ser pioradas pelo contexto social, é certo que as deficiências quase sempre são limitações a uma vida satisfatória e cheia de realizações. Isto é, ainda que uma deficiência não impeça que a vida de alguém seja satisfatória, ela a torna mais difícil. Os casos de pessoas cujas vidas melhoraram depois de adquirir uma deficiência são exemplos inspiradores de superação, mas não demonstram que é melhor se tornar um portador de deficiência do que se manter saudável. Essas pessoas têm vidas satisfatórias apesar de sua deficiência, não por causa dela². Ter uma deficiência diminui a probabilidade de ter uma vida satisfatória e aumenta a quantidade de sofrimento – embora haja portadores de deficiência cujas vidas são mais satisfatórias e contêm menos sofrimento do que as vidas de outras pessoas.

Nesse sentido, a primeira objeção a esse argumento é a Defesa das Melhores Chances para os Filhos: como não é errado que os pais procurem fazer com que seus filhos tenham tanta realização na vida quanto for possível, não é imoral que os pais selecionem o embrião que tem mais chance de viver uma vida com menos limitações.

² Alguns surdos e anões questionam essa afirmação, pois consideram que a surdez e o nanismo devem ser encarados como uma diferença cultural, não como uma deficiência. Isso faz com que alguns pais surdos ou anões queiram inclusive selecionar geneticamente seus filhos para que eles sejam surdos ou anões, respectivamente. Essa questão é discutida em (FRIAS & BIRCHAL, 2012).

Os pais não devem se resignar a ter filhos com deficiências para não mandar uma mensagem negativa para os portadores de deficiência.

Ao analisar essa questão é preciso ter clareza sobre a distinção entre pessoas já existentes e pessoas ainda não existentes. A decisão de selecionar embriões sem deficiência é um julgamento *ex ante*, feito em abstrato, antes que a pessoa exista. Ele diz apenas que as possibilidades de uma pessoa futura serão melhores se ela não tiver limitações e por isso é preferível. Já a afirmação de que seria melhor que o portador de deficiência não existisse, feita quando essa pessoa já existe, é feita *ex post*. Ela é bastante diferente, porque é feita em um contexto decisivamente distinto. A diferença decisiva é que há um dado novo: a pessoa já existe. Portanto, *preferir implantar um embrião sem deficiência é consistente com considerar que não seria melhor que o portador de deficiência não existisse*. Na medida em que existe, o portador de deficiência passa a ter o mesmo valor de quem não possui deficiência, o que esvazia a questão sobre qual situação seria melhor.

Embora a seleção de embriões sem deficiências possa ser uma expressão de atitudes preconceituosas e completamente equivocadas sobre os portadores de deficiência, ela também pode não o ser. É possível que um casal saiba que os portadores de deficiência possam ter vidas repletas de satisfação e produtividade e que criar um filho com deficiência possa ser uma experiência enriquecedora e prazerosa e mesmo assim preferir não ter um filho portador de deficiência. Inclusive, é possível imaginar que esse casal seja composto por duas pessoas com deficiência.

Isso mostra que (P2) é falsa e deve ser substituída por algo como “selecionar embriões para que eles não tenham deficiências pode expressar a opinião de que é melhor que não existam portadores de deficiência”. Com essa modificação, entretanto, (P2) não é suficiente para justificar (C). Logo, o Argumento da Ofensa aos Portadores de Deficiência não justifica a proibição da seleção de embriões.

A seleção de embriões expressaria a mensagem de que seria melhor que os portadores de deficiência não existissem (como aconteceu na Alemanha nazista) apenas em contextos nos quais a desvalorização dos portadores de deficiência já existisse, na forma de preconceitos, incompreensão, displicência e negligência em relação às necessidades e potencialidades desses cidadãos. O que deve ficar claro é que, nesse contexto, a seleção de embriões sempre seria posterior à desvalorização, seria sua consequência, não sua causa.

Normalmente, quando selecionam embriões os pais apenas esperam que seu filho tenha a melhor vida possível e consideram que uma deficiência grave provavelmente tornará a vida dele mais difícil do que uma vida sem essa limitação, tudo o mais permanecendo igual. Eles estão justificados em pensar isso mesmo reconhecendo que é apenas uma probabilidade, pois deficiências nem sempre tornam a vida mais difícil. Eles podem simplesmente acreditar que a deficiência é uma limitação que é melhor evitar que seu filho tenha. O raciocínio é o mesmo que move uma mãe que tenta evitar essa deficiência em um filho já nascido (ensinando-lhe a

atravessar a rua ou a se alimentar bem) (BROCK, 2009, p. 61). Tratar a deficiência como limitação não ofende necessariamente os portadores de deficiência, porque ter uma limitação na vida não torna alguém menos digno de respeito.

Ou pode ser ainda que nem entre no raciocínio dos pais a questão de se a deficiência é ou não um prejuízo ou uma desvantagem para seu filho ou para qualquer pessoa. Eles podem simplesmente acreditar que uma criança portadora de deficiência criaria dificuldades diferentes para sua família (gastariam mais dinheiro, dedicariam mais atenção ao filho durante mais tempo da vida dele, teriam que sempre morar próximo a instituições médicas ou assistenciais etc.) Talvez eles estejam superestimando a gravidade da deficiência ou exagerando as dificuldades na criação do filho, mas suponhamos que esse seja um caso em que a estimativa é correta (em todo caso, superestimar a deficiência não é subestimar o valor dos portadores da deficiência; cf. BROCK, 2009, p. 263).

A decisão de não ter o filho portador de deficiência não quer dizer que considerem que a vida com aquela deficiência não tenha valor (ou o tenha em menor medida) ou que não seria boa para o filho ou para a sociedade. Eles podem simplesmente pensar que é melhor para ele ou para sua família não ter um filho com necessidades especiais. Isso não quer dizer que pensem que seria melhor para outros casais ou famílias que eles não tivessem filhos portadores de deficiência. Eles podem muito bem pensar que outros casais podem não se importar em ter um filho que traria essas dificuldades ou que não as considerassem dificuldades. Eles podem considerar os portadores de deficiência pessoas igualmente valiosas para a sociedade e para as famílias e apenas não estarem dispostos a encarar as dificuldades. Da mesma maneira que o fato de uma mãe preferir não ser mãe solteira não implica que ela pense que mães solteiras sejam imorais.

A preferência por um filho sem deficiência pode estar baseada em ter um filho que tenha menos probabilidade de sofrimento, que exija menos atenção, que não corra o risco de ser estigmatizado ou, alguma razão trivial, p.ex., preferir ter um filho que possa andar de bicicleta porque o pai adora ciclismo. O desejo que os pais podem ter de que o filho deles esteja o mais próximo possível da normalidade (no sentido estatístico, não normativo) não é imoral. Todas essas razões são compatíveis com a moralidade da inclusão social de portadores de deficiência. Não há inconsistência em que alguém seja a favor da seleção de embriões para evitar que mais pessoas tenham deficiências e também seja a favor de que sejam tomadas medidas para erradicar o preconceito contra eles – e que recebam todo o apoio necessário para que tenham vidas o menos limitadas possível e sejam membros participativos da sociedade em igualdade de condições. Considerar a deficiência uma coisa ruim por tornar a vida de uma pessoa mais difícil não é o mesmo que considerar ruim a existência das pessoas que as tem.

Contudo, é inegável que a prática da seleção de embriões tem um custo para a autoestima dos portadores de deficiência. Esse custo deve ser reduzido tanto quanto

for possível. Deve ser evitada qualquer insinuação de que as pessoas que têm determinada deficiência têm menos valor, merecem menos respeito ou não merecem viver. A seleção de embriões deve dar mais, e não menos, visibilidade à causa dos portadores de deficiência. Da crença de que seria melhor que eles não tivessem a deficiência, nunca se deve inferir que seria melhor que eles não existissem, pois uma pessoa portadora de deficiência não se reduz a suas deficiências.

Outra objeção ao Argumento da Ofensa aos Portadores de Deficiências é a analogia com outras prevenções. Aluta contra o câncer, a AIDS e os acidentes automobilísticos através de campanhas de prevenção e de tratamentos não são um indício de que se considera que quem é afligido por eles não merece viver, pelo contrário. Doenças não são combatidas porque se considera que os doentes sejam pessoas sem valor, mas porque a doença é ruim para as pessoas. Nesse sentido, todo tipo de prevenção e tratamento envia uma mensagem negativa como efeito indesejado. Todavia, é inaceitável proibir que as pessoas se previnam e se tratem. Se a seleção não expressa uma atitude mais negativa do que os outros tipos de prevenção que são aceitáveis, então a seleção é aceitável.

Segundo alguns, a seleção de embriões expressa atitudes mais negativas do que outros tipos de prevenção por ser a destruição do embrião, a atitude de evitar o surgimento da pessoa completa, não uma atitude como se alimentar bem ou tomar cuidado ao atravessar a rua. Entretanto, essa impressão decorre (1) da redução da pessoa a sua deficiência e (2) de uma compreensão equivocada do que é o embrião. Se ele não for compreendido como um de nós, como tem sido exaustivamente na literatura bioética (FRIAS, 2012; BOONIN, 2003; McMAHAN, 2002; SINGER, 1993), a seleção de embriões não expressa mais do que a seleção de gametas, por exemplo. O Argumento da Ofensa aos Portadores de Deficiência teria um peso incrivelmente maior se os embriões com deficiência já fossem pessoas. Nesse caso, a seleção de embriões mataria pessoas e isso seria inaceitável em qualquer situação. Mas como não é esse o caso, esse argumento não é forte o suficiente para se sustentar sozinho.

Conclusão

Foram apresentados três argumentos contra a seleção genética de embriões humanos baseados nos direitos dos portadores de deficiência. Os argumentos da do Apoio Social e da Diversidade foram considerados falhos. O primeiro porque o apoio não necessariamente diminuirá e o segundo porque nem toda diversidade é valiosa ou valiosa o suficiente para justificar a perda da oportunidade de evitar o sofrimento de outras pessoas.

O Argumento da Ofensa aos Portadores de Deficiências faz um alerta imprescindível, pois a seleção de embriões pode prejudicar cidadãos já bastante desrespeitados caso não seja feita em um contexto social que promova adequações ambientais que reduzam deficiências e o reconhecimento do valor e da capacidade dos

portadores de deficiências. Contudo, ele não é suficiente para tornar a seleção de embriões em geral inaceitável, já que não há necessariamente ofensa aos portadores de deficiência na seleção de embriões porque ela é simplesmente baseada na Defesa das Melhores Chances para os Filhos, de maneira que a seleção de embriões é um mecanismo de prevenção como os outros e é compatível com uma moralidade de inclusão social dos portadores de deficiência. Tentar evitar que alguém tenha uma deficiência – porque se considera que, tudo o mais permanecendo igual, é melhor que viver sem ela – é compatível com considerar que quem possui essa deficiência não deve ser menosprezado, mas sim apoiado e tratado com o respeito devido a todas as pessoas.

Referências

- BOONIN, David. *A defense of abortion*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BROCK, D. Is selection of children wrong? In: SAVULESCU, Julian; BOSTROM, Nick. *Human Enhancement*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 251-276.
- FRIAS, L. *A ética do uso e da seleção de embriões*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2012.
- FRIAS, L. & BIRCHAL, T. Pais surdos devem poder tentar ter filhos surdos? *Revista Opinião Filosófica*, v. 3, n. 1, 2012.
- GILBERT, D. *O Que Nos Faz Felizes – o futuro nem sempre é o que imaginamos*. Trad. L. Marinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- GLOVER, J. *Choosing children – genes, disability and design*. Oxford: Clarendon Press, 2006.
- KAHANE, G.; SAVULESCU, J. The welfarist account of disability In: BROWLEE, K.; CURETON, Adam. *Disability and disadvantage*. Nova York: Oxford University Press, 2009, p. 15-53.
- MCMAHAN, Jeff. *The ethics of killing: problems at the margins of life*. Nova York/Oxford: Oxford University Press, 2002.
- SAVULESCU, J.. Procreative beneficence: why we should select the best children? *Bioethics*, vol. 5-6, n. 15, p. 413–426, 2001.
- SINGER, Peter. *Practical ethics*. 2a ed. Nova York: Cambridge University Press, 1993.

Lincoln Frias
Doutor em Filosofia (UFMG)
Pesquisador NEPC-UFMG
E-mail: lincolnfrias@gmail.com
Telma S. Birchal
Doutora em Filosofia (USP)
Professor do Departamento de Filosofia-UFMG
Professora do PPG em Filosofia - UFMG
E-mail: tbirchal@gmail.com